

A Indústria do Tabaco sufoca a produção de alimentos saudáveis

Premiada pela OMS na edição de 2023, ACT lança campanha e nota técnica

sobre áreas cultivadas no país

A ACT Promoção da Saúde aproveita o Dia Mundial Sem Tabaco, celebrado em 31 de maio, e lança campanha nas redes sociais na qual pede a retomada do programa nacional que incentiva o plantio de alimentos em vez de tabaco. Com o título "*A indústria do tabaco sufoca a produção de alimentos saudáveis*", a campanha joga luz no início da cadeia produtiva do fumo: os agricultores e o sistema agrícola, em contraponto à necessidade de produção de alimentos saudáveis como vegetais, grãos, frutas e legumes.

Elaborada pela agência 3A e com apoio da Vital Strategies, o conceito da campanha se baseia em estudos e na nota técnica "*Quanto de alimento saudável poderia ser produzido no Brasil se houvesse diversificação do plantio do tabaco ?*", encomendada ao economista Valter Palmieri Jr.

Na nota, Palmieri analisa a área plantada com tabaco, espalhada principalmente nos três estados do sul do país. Atualmente, são cerca de 130 mil famílias regidas por contratos de sistema integrado, que as fazem depender economicamente das indústrias do tabaco. Essas plantações estão espalhadas no total de 349,4 mil hectares.

O Brasil, terceiro maior produtor de tabaco do mundo e maior exportador de folhas de fumo, destina a mesma área plantada para tabaco para a produção de todos os vegetais. Isso acontece enquanto o país vive a insegurança alimentar e voltou ao mapa da fome. Em relação ao mundo, temos praticamente a mesma quantidade de terras para produzir tabaco em relação a todos os vegetais em conjunto. Se a área fosse utilizada para plantar alimentos, como grãos, vegetais, legumes e frutas, o país poderia depender menos de importações e levaria a um aumento de renda para os agricultores. Na China, por exemplo, a relação de terras destinadas à produção de alimentos (vegetais, frutas e arroz) é 6 vezes maior que no Brasil (72,9 versus 11,8).

Diferente da imagem de geração de renda e desenvolvimento propagada pela indústria, nas principais áreas produtoras do Brasil observam-se baixos índices de desenvolvimento econômico, com frequentes problemas sociais como más condições de trabalho e saúde, trabalho infantil e/ou análogo à escravidão. A maioria das famílias produtoras (54%) tem renda de até três salários mínimos, de acordo com [estudo](#) de 2018 para a Organização Pan-Americana da Saúde. Os agricultores ainda sofrem com impactos graves à saúde causados pela intoxicação pelo manuseio da folha (a doença da folha verde do tabaco) e a exposição frequente a inseticidas e agrotóxicos.

A isso se somam os prejuízos ambientais como a queima de resíduos vegetais, desmatamento e contaminação do solo e rios e, posteriormente, fabricação e distribuição, que produzem gases de efeito estufa. No descarte, bitucas e embalagens se acumulam, sendo um dos principais poluidores dos oceanos e praias.

Vislumbrando a sustentabilidade e proteção das famílias produtoras à medida que o consumo do tabaco no mundo diminuir, a Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde para Controle do Tabaco,

ratificada pelo Brasil e que acaba de fazer 20 anos, recomenda que os países busquem ofertar alternativas economicamente viáveis para a produção (artigo 17) e protejam as pessoas e o meio ambiente (artigo 18).

Desde 2005, o Brasil tem uma política pública para proteger as famílias fumicultoras que podem ser impactadas (atualmente 130 mil famílias): o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT). No entanto, ele vem sistematicamente sofrendo um enfraquecimento e, desde 2018, não tem nenhum novo edital para financiar a diversificação.

"Além da crise sanitária vivida recentemente pela pandemia de Covid-19, o Brasil enfrenta uma grave crise de segurança alimentar e é inaceitável que 33 milhões de brasileiros ainda passem fome. Diversificar áreas cultivadas com tabaco e passar a produzir alimentos diversos e saudáveis é medida que traz duplo benefício: promove saúde e combate à fome. Devemos nos orgulhar no futuro de vencer este flagelo, e não de ser o maior exportador de folhas de fumo do mundo. O governo deve retomar o mais rápido possível o programa nacional de apoio aos agricultores que desejam passar a cultivar alimentos e não tabaco, alerta a diretora-presidente da ACT, Mônica Andreis.

Prêmio da OMS

A trajetória de 16 anos da ACT Promoção da Saúde no controle do tabaco foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, por meio do Prêmio pelo Dia Mundial Sem Tabaco, que será entregue em cerimônia organizada pelo Instituto Nacional de Câncer no próximo dia 31 de maio, com a presença de representantes da Organização Pan-Americana da Saúde e do Ministério da Saúde.

Dado a representantes da sociedade civil, ativistas, pesquisadores, entre outros, pela OMS a cada ano por ocasião do Dia Mundial sem Tabaco, a premiação destaca as ações e iniciativas que visam reduzir as mortes e doenças relacionadas ao tabagismo. Além disso, destaca o esforço pela implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que acaba de completar vinte anos, e a disseminação de informações a respeito do impacto socioambiental do cultivo e da produção do produto. O tema escolhido para este ano foi "Cultive alimentos, não tabaco".

Sobre a ACT Promoção da Saúde

A ACT Promoção da Saúde é uma organização não governamental criada em 2006 que atua na promoção e defesa de políticas de saúde pública, especialmente nas áreas de controle do tabagismo, alimentação saudável, controle do álcool e atividade física, principais fatores de risco evitáveis para as doenças crônicas não transmissíveis, que incluem doenças cardiovasculares e pulmonares, diabetes e câncer, maior causa de mortes no mundo. O trabalho da ACT também inclui os direitos humanos e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.